

Estudo Técnico Preliminar 2/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23138.001747.2024-19

2. Descrição da necessidade

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) - *Campus* Santa Cruz necessita da contratação de serviços terceirizados para garantir a manutenção adequada de sua infraestrutura física e o fornecimento regular de refeições aos discentes, assegurando a continuidade e a qualidade das atividades acadêmicas e administrativas.

A primeira necessidade refere-se à manutenção preventiva e corretiva dos prédios e instalações do *Campus*, que são fundamentais para proporcionar um ambiente seguro e adequado para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para isso, faz-se imprescindível a contratação de profissionais qualificados, tais como auxiliares de manutenção predial, eletricitista, jardineiro e pedreiro, que atuarão na conservação e reparo das instalações elétricas, hidráulicas, estruturais e paisagísticas do *Campus*.

A segunda necessidade consiste na garantia do fornecimento de refeições e lanches aos estudantes, promovendo condições adequadas de alimentação, contribuindo para o bem-estar e o desempenho acadêmico dos discentes. Para atender a essa demanda, é essencial a contratação de merendeiras capacitadas, que serão responsáveis pelo preparo e distribuição dos alimentos de acordo com as normas sanitárias e de segurança alimentar.

Dessa forma, a contratação dos serviços terceirizados visa garantir a continuidade das atividades do *Campus* Santa Cruz, mantendo sua infraestrutura em boas condições de uso e proporcionando aos estudantes um ambiente adequado para sua formação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção - COSGEM	Joatan Fernandes Veira Junior
Coordenação de Atividades Estudantis - COAES	Therlandeson Gley Alves

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Amparada pela Instrução Normativa nº 98/2022, a contratação presente neste documento deve seguir as orientações contidas na Instrução Normativa nº 5/2017, que trata sobre a contratação de serviços sob o regime de execução indireta pela Administração Pública.

Os postos de trabalho deverão ser ocupados por profissionais com aptidão comprovada, devendo atender aos requisitos básicos e realizar as atribuições da atividade conforme detalhamento a seguir:

CARGO	ATRIBUIÇÕES	CBO
Auxiliar de Manutenção Predial	Executar serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservar vidros e fachadas, limpar recintos e acessórios e tratar de piscinas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Realizar controle de estoque de materiais utilizados na manutenção predial, locomoção de móveis, reforma e limpeza predial, higienização de aparelhos de ar condicionado e limpeza de bebedouros.	5143-10
Eletricista	Planejar serviços de manutenção e instalação eletroeletrônica e realizar manutenções preventiva, preditiva e corretiva. instalar sistemas e componentes eletroeletrônicos e realizar medições e testes. elaborar documentação técnica e trabalhar em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental. Instalar, ajustar, manter e reparar sistemas elétricos, fiações, aparelhos elétricos e eletrônicos, identificar falhas e curtos-circuitos, executar serviços de manutenção elétrica, preventiva e corretiva, executar ligações provisórias ou definitivas de luz e força, instalar equipamentos de sonorização e iluminação, instalar e retirar alto-falantes e microfones, executar trabalhos em alturas, com auxílio de guinchos e guindastes, anotar os materiais a serem utilizados nos diversos serviços, transportar peças, materiais, ferramentas e o que mais for necessário à realização dos serviços, executar tratamento e descarte de resíduos de materiais provenientes de seu local de trabalho	9511-05
Jardineiro	Colhem policulturas, derriçando café, retirando pés de feijão, leguminosas e tuberosas, batendo feixes de cereais e sementes de flores, bem como cortando a cana. Plantar culturas diversas, introduzindo sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal. Cuidar de propriedades rurais. Efetuar preparo de mudas e sementes por meio da construção de viveiros e canteiros, cujas atividades baseiam-se no transplante e enxertia de espécies vegetais. Realizar tratos culturais, além de preparar o solo para plantio	6220-10
	Executar demolições de alvenarias e peças estruturais, bem como retirar o entulho proveniente dessa demolição, abrir e re-aterrar valas, cortar alvenaria e piso, limpar a obra. Dosar e executar a mistura de cimento, areia, pedra e água, para obter argamassas. Controlar o nível e o prumo das obras em geral. Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos próprios para a execução dos serviços. Executar tratamento e descarte de resíduos de materiais do local de trabalho. Zelar pela guarda, manutenção, conservação e limpeza das ferramentas e materiais, bem como dos locais de trabalho. Executar pequenas alvenarias/revestimentos, contra	7152-

Pedreiro	pisos, passeios e fixar batentes de madeira com argamassa (após a instalação do batente no local pelo carpinteiro). Executar tarefas relacionadas à manutenção preventivo-corretiva, reformar obras novas, como: paredes e alvenaria, revestimentos argamassa dos (chapisco, emboço e reboco), revestimentos cerâmicos (azulejos), preparação e concretagem de estruturas e fundições de concreto armado, contra pisos, regularizações de pisos para impermeabilização de lajes, pisos cerâmicos, vinílicos e cimentados, caixas de inspeção em alvenaria, muros de arrimo, etc. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.	10
Merendeiro	Organizar e supervisionar serviços de cozinha em hotéis, restaurantes, hospitais, residências e outros locais de refeições, planejando cardápios e elaborando o pré-preparo e a finalização de alimentos, observando métodos de cocção e padrões de qualidade. Preparar e distribuir refeições, manter a cozinha organizada e limpa, zelar pela segurança e conservação dos alimentos, verificar a quantidade e as especificações dos gêneros fornecidos, arrumar as mesas para as refeições, servir os alimentos, manter um ambiente ordenado durante as refeições, higienizar utensílio, equipamentos e superfícies da cozinha, controlar o estoque de produtos utilizados na merenda escolar, armazenar os alimentos comestíveis.	5132-05

Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas vigentes, em especial os normativos do Ministério do Trabalho.

De acordo com o Artigo 3º, § 1º do Decreto nº 9.507 de 21/09/2018:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou

acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

Sendo assim, a contratação dos serviços que compõem o objeto deste estudo pode ser objeto de execução indireta, uma vez que são definidos como acessórios à atividade fim da Instituição e estão em consonância com o § 1º do art. 3º do Decreto n.º 9.507/2018.

É importante ressaltar também a conformidade da contratação pretendida com o Art. 1º, da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que revogou a Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016 e dispõe que:

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

I - alimentação;

(...)

VII - conservação e jardinagem;

(...)

XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;

(...)

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Os cargos de auxiliar de manutenção, eletricista e pedreiro deverão estar disponíveis o total de 8 horas diárias, de segunda a sexta e 4 horas no sábado. A necessidade de serviço no sábado ocorre em função de que existem algumas demandas que precisam ser realizadas em momentos em que os estudantes não estão na instituição, para não atrapalhar o bom andamento das aulas. Em períodos em que não haja necessidade de realização de atividades aos sábados, mediante prévia autorização da Contratante, poderá toda a carga horária semanal ser cumprida de segunda a sexta, sendo 9 horas de trabalho de segunda a quinta, combinada com jornada de 8 horas na sexta.

O cargo de merendeiro desempenha atividades de segunda a sexta-feira, podendo haver a necessidade de trabalho em sábados letivos. Em razão das demandas é necessário que seja realizada uma escala semanal que contemple jornadas diárias de 9 horas de trabalho de segunda

a quinta, combinada com jornada de 8 horas na sexta, perfazendo um total de 44 horas semanais de segunda a sexta.

Para o cargo de jardineiro deverá ser considerada o disposto na INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 190, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2024 e em seu Anexo I, que dispõe sobre a relação dos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra aptos à aplicação da redução de jornada de 44 horas para 40 horas semanais, de que trata o art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Desta forma, sua jornada de trabalho deverá ser realizada uma escala semanal que contemple jornadas diárias de 8 horas de trabalho de segunda a sexta.

A empresa a ser contratada deverá firmar com os empregados acordo individual, conforme previsto no art. 59, §6º, da CLT em conjunto com a Súmula nº 85 do TST, para garantir a distribuição da carga horária conforme necessidade da instituição.

Em consonância com a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 81, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024, poderá ser adotada compensação de jornada de trabalho nas seguintes hipóteses:

Art. 2º A compensação de jornada poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

I - diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

II - necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

Todos os procedimentos para compensação de jornada de trabalho deverão estar de acordo com os preceitos da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 81, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024

Ficam assegurados aos empregados da contratada, o recebimento do piso salarial apontado em convenção coletiva vigente para a localidade e apresentada quando da entrega da proposta.

Serviu de base para o presente Estudo Técnico Preliminar a seguinte convenção coletiva:

RN000009/2025, cuja autenticidade pode ser verificada no Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho - MEDIADOR: <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>

Para fixação dos custos mínimos mínimos relevantes levou-se em conta o disposto na INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 176, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024, que dispõe sobre as regras e os procedimentos para adoção dos custos mínimos a serem observados nos valores de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, auxílio-alimentação e outros benefícios como mecanismo de fortalecimento das garantias trabalhistas em contratos de

prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, nos termos do art. 5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.

Art. 4º A elaboração da planilha de custos e formação de preços para elaboração do orçamento estimado da contratação do serviço deverá estar fundamentada no Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo considerado paradigma.

§ 1º Dentre os custos estimados na planilha de custos e formação de preços, o órgão ou entidade indicará os custos unitários mínimos relevantes, que deverão ser observados nas propostas de preços.

§ 2º Consideram-se custos unitários mínimos relevantes:

I - valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais;

II - valores de auxílio-alimentação; e

III - benefícios previstos no Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo paradigma que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.

§ 3º Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.

Ainda de acordo com IN SEGES/MGI Nº 176:

Art. 5º O Edital deverá conter cláusulas que disponham sobre a apresentação dos seguintes documentos na fase de julgamento da proposta de preços do licitante:

I - declaração informando o enquadramento sindical do licitante, relacionando qual a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

II - cópia da carta ou do registro sindical do sindicato ao qual o licitante declara ser enquadrado;

III - cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

IV - declaração de que é responsabilidade do licitante a veracidade das informações prestadas, assumindo a responsabilidade integral por eventuais erros no enquadramento sindical ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, sujeitando-se às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 6º O Edital para contratação de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverá estabelecer os custos unitários mínimos relevantes.

As propostas deverão ser apresentadas baseadas em Convenção Coletiva de Trabalho vigente à época da licitação e deverá observar os custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

Para a prestação do serviço deverão ser adotados critérios socioambientais fundamentados na Instrução Normativa/ MPOG nº 01/10, que prevê:

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

Em conformidade com o Guia de Contratações Sustentáveis da AGU, a CONTRATADA deverá observar a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitárias estaduais e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

Devem ser considerados para a sustentabilidade também as seguintes orientações:

- Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03 /90, e legislação correlata.

Algumas práticas que podem otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, são descritas a seguir, dentre outras:

- a) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- b) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- d) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

Considerando possíveis danos ao solo, atmosfera e lençóis freáticos, não são permitidas, à contratada, as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

- a) Lançamento "in natura" a céu aberto;
- b) Deposição inadequada no solo;
- c) Queima a céu aberto;
- d) Deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- e) Lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;
- f) Infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;
- g) Utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente; e
- h) Utilização para alimentação humana.

A contratada deverá acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, cabendo-lhe observar as normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta.

Os resíduos perigosos que, por suas características, exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, deverão receber tratamento diferenciado durante as operações de segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com base nos requisitos identificados para a contratação. Buscou-se por meio da análise de contratações similares realizadas em outros órgãos ou entidades da Administração pública e no setor privado, identificar as soluções existentes no mercado de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação. Levando em consideração aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização foram identificadas algumas soluções:

Quando da análise da possibilidade de realizar a prestação dos serviços utilizando pessoal do quadro próprio observou-se que as carreiras desse tipo de mão de obra, que é provida por meio de concurso público, estão extintas ou em processo de extinção, conforme preconiza a Lei nº 9.632/1998.

Outra solução disponível no mercado é a contratação de serviços por demanda/produtividade, onde os serviços são prestados mediante a solicitação por Ordem de Serviço (OS). A cada OS a contratada deve encaminhar um profissional para execução do serviço. Por não existir uma continuidade nos serviços, pode ocorrer de os empregados da contratada não estarem familiarizados com as rotinas e processos da instituição, resultando em uma prestação de serviço ineficaz.

Observou-se também a existência do modelo de contratação onde todos os serviços da CONTRATANTE são terceirizados para uma única CONTRATADA, simplificando a comunicação e a tomada de decisão e aumentando a eficiência com ganhos administrativos advindos, principalmente, da redução do número de contratos a serem gerenciados. Esse modelo, contudo, não é viável para o IFRN - *Campus* Santa Cruz em decorrência de que existem alguns contratos que possuem tecnicidade específica que inviabilizam a implantação de forma unificada. É o caso, por exemplo, dos serviços de vigilância que é regulada por legislação específica que não permite que uma empresa prestadora do serviço de vigilância preste qualquer outro tipo de serviço.

Por fim, verifica-se a possibilidade de contratação de serviço por posto de trabalho. Nesse modelo os profissionais alocados para a prestação do serviço são inseridos no cotidiano na Instituição, tomando conhecimento dos processos e rotinas inerentes à área de atuação. Como consequência, o serviço fica mais produtivo em relação a contratação por demanda /produtividade, reduzindo desperdícios de tempo e informação, facilitando a gestão administrativa e o gerenciamento de riscos com otimização de procedimentos administrativos e de fiscalização.

As contratações disponíveis no Portal de Compras Governamentais mostram que a contratação por posto de trabalho pode ser realizada com ou sem o fornecimento de insumos. Considerando a probabilidade de não haver espaço suficiente para o correto armazenamento dos insumos adquiridos no *Campus*, o risco de uma licitação para aquisição de tais insumos não lograr êxito ou os fornecedores atrasarem a entrega, impactando diretamente na execução do serviço, bem como os custos operacionais envolvidos, verifica-se que a melhor opção é contratar os postos de trabalhos com o fornecimento de insumos, pois além de o *Campus* Santa Cruz não precisar fazer novas contratações, nem arcar com os custos com estoque e demais despesas administrativas, ou correr o risco iminente de ficar sem insumos em razão de fracasso da licitação ou atraso por parte dos fornecedores, esse modelo facilita a fiscalização e torna a licitação mais atrativa para

os licitantes que têm a possibilidade de negociar descontos nos preços dos insumos junto aos seus fornecedores e assim aumentar sua margem de lucro.

Verificou-se que há empresas qualificadas no mercado que oferecem profissionais com experiência comprovada, garantindo atendimento às normas técnicas e de segurança vigentes. As informações levantadas demonstram que há viabilidade para a contratação dos serviços dentro dos parâmetros estabelecidos pela administração pública, permitindo uma concorrência justa e a obtenção da melhor relação custo-benefício para a instituição.

6. Descrição da solução como um todo

Os serviços a serem contratados possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado (Art. 6º inciso XIII da lei 14.133 de 01 de abril de 2021). Dessa forma podem ser realizados na modalidade pregão.

Considerando que é possível prever a quantidade dos serviços a serem executados previamente, com boa margem de precisão, o regime de execução a ser adotado é o de empreitada por preço global.

O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a eficiência do atendimento das demandas da instituição.

A vigência do contrato a ser firmado será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por até 10 anos. (Artigos 106 e 107, da lei 14.133 de 01 de abril de 2021).

As razões pelas quais a vigência plurianual de 2 (dois) anos constitui-se vantajosa são as seguintes:

- Permite que os licitantes disponham de maior prazo para amortizar seus investimentos iniciais, o que faz, em tese, com que se sintam mais atraídas pela disputa;
- Reduz os procedimentos com renovação contratual e com novas licitações. De acordo com a Nota Técnica nº 1081/2017/CGPLAG/DG/SFC divulgada pela AGU, o custo médio de uma nova contratação é de 10% (dez por cento) do valor estimado.;
- Diminui os custos com férias, pois nos contratos com vigência de 12 (doze) meses, o custo de férias compõe o custo do posto e seu pagamento é indenizado na rescisão do empregado, pois ao longo dos 12 (doze) meses de relação de trabalho, o empregado adquire o direito ao gozo de férias, porém, com a rescisão, as mesmas deverão ser indenizadas na rescisão. De modo distinto, para contratos firmados com duração superior a 12 meses, faz-se a exclusão do custo "Férias" do Módulo 2.1 da planilha, pois ao final do período aquisitivo de férias (de 12 meses), o empregado gozará o direito a férias no 2º ano da relação de trabalho e o custo das férias indenizadas que ocorrer na rescisão, no caso no 24º mês, encontra-se previsto no Módulo 4 (Substituto na cobertura de férias), nos faturamentos dos meses 13 a 24, pois efetivamente, se finalizado o contrato no 24º mês, não será necessária a contratação de um substituto no ano seguinte, porque o residente do posto não sairá em férias e, portanto, o custo contabilizado no Módulo 4 da planilha no 2º ano é revertido para as férias indenizadas.

- Impacto social no que tange aos trabalhadores terceirizados, pois os mesmos teriam direito a férias, um descanso que muitos deles não usufruem com frequência devido as constantes trocas de empresas que acontece por não renovação contratual nos órgãos públicos.

O valor da proposta apresentada pela empresa deve levar em consideração para o pagamento dos salários dos trabalhadores, Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) vigente, com abrangência no município de Santa Cruz. Isso é importante tendo em vista evitar problemas com futuras repactuações. Vale salientar que é de responsabilidade da empresa indicar a convenção que adotará na sua proposta.

Já os valores dos materiais que acompanham a prestação dos serviços para cada categoria estarão elencados em planilha própria e seus preços são com base em pesquisa de mercado, chegando-se a um valor estimado, que irá compor a proposta total da empresa para cada categoria.

Para melhor acompanhamento das atividades do contrato a contratada deverá dispor de PREPOSTO nos locais de prestação de serviço para dirimir dúvidas dos empregados e do órgão contratante, no tempo hábil. O preposto deverá ser indicado mediante declaração, serão informados o nome completo, número de CPF e documento de identidade. Deverá existir também um canal de comunicação imediato (telefone ou e-mail) para o caso de precisar sanar dúvidas urgentes e imprescindíveis. As tratativas deverão ser sempre por escrito, dando preferência para o meio eletrônico e ofícios.

A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

Serão realizadas reuniões mensais com o preposto para discutir o andamento da prestação dos serviços.

Não é permitido que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, por não haver previsão de tal custo na planilha de custos e formação de preços;

Com relação à mão-de-obra empregada são requisitos mínimos:

- Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;
- Ter curso de formação ou experiência comprovada na área de atuação;
- Possuir atestado de sanidade física e mental e de bons antecedentes;
- Possuir habilidade para se relacionar com pessoas, sejam elas internas ou externas à Instituição, para atendê-las sempre com educação e cordialidade

A empresa deverá ter em funcionamento para os seus empregados o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR e Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO).

É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

É obrigatória a reciclagem anual da NR 35 para os colaboradores dos postos de Eletricista, Auxiliar de Manutenção e Pedreiro, e da NR 10 para o posto de Eletricista.

A CONTRATADA deverá disponibilizar materiais e equipamentos durante toda a vigência do contrato, e quando necessária sua substituição periódica conforme previsão em contrato ou em decorrência de desgastes ou falhas, bem como prover as condições de trabalho satisfatórias nos termos estipulados pela Convenção Coletiva do Trabalho das categorias.

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

O pedido de vistoria deverá ser realizado com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data pretendida.

A vistoria poderá agendada pelo telefone (84) 4005-4110 Ramal (5812) ou pelos e-mails diad.sc@ifrn.edu.br e cosgem.sc@ifrn.edu.br.

A vistoria poderá ser comprovada por meio de atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência ou declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento.

Deverão ser fornecidos uniformes aos profissionais, sendo substituídos semestralmente para garantir eles sejam conservados em boas condições.

Os uniformes e EPIs devem compreender as seguintes peças do vestuário:

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL (2 POSTOS)	
DESCRIÇÃO	QUANT. (ANUAL)
"Calça tradicional de serviços gerais . Tecido brim. Composição: 100% algodão.	8
Camiseta 100 % algodão com Logomarca da empresa. Manga curta.	16
Bota segurança, material: pvc - cloreto de polivinila, material sola: borracha antiderrapante, cor: branca, tipo uso: serviços gerais	4
Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	24
Respirador semifacial descartável dobrável, para partículas PFF2,	6
Luva borracha, material látex natural	18
Luva segurança, material tricotada 4 fios algodão	18
"Máscara de tecido: máscara em tecido com tripla camada	12

Jaleco profissional, material brim, tipo longo	4
Meia cano médio (altura de 6 a 10 cm), lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano.	18
Camisa de proteção manga longa	8
Oculos de proteção	2
TOUCA TIPO NINJA	4
BOTA COURO SINTÉTICO	4
Máscara de tecido: máscara em tecido com tripla	12

ELETRICISTA (1 POSTO)	
DESCRIÇÃO	QUANT. (ANUAL)
CALÇA PRÓPRIA PARA ELETRICISTA. Tecido brim. Composição: 100% algodão.	4
Camiseta 100 % algodão com Logomarca da empresa.	8
Sapato Eletricista Com Bico PVC 50T19M-BP	2
Capacete p/ eletricista com abas nas laterais. Capacete de segurança classe B	2
Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	12
Luva de Cobertura em Vaqueta e Raspa Multiluvras de couro	6
Máscara de tecido: máscara em tecido com tripla camada	12
Meia cano médio (altura de 6 a 10 cm), lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano.	6
Jaleco profissional, material brim, tipo longo	2
Óculos Dielectric Elastic Vicsa - para Eletricista	2
BLUSÃO PRÓPRIO PARA ELETRICISTA	4
LUVA DE BORRACHA 1000V	2
TOUCA TIPO NINJA	2
Camisa de proteção manga longa	4

JARDINEIRO (1 POSTO)	
DESCRIÇÃO	QUANT. (ANUAL)

Calça tradicional de serviços gerais Tecido brim. Composição: 100% algodão.	4
Camiseta 100 % algodão com Logomarca da empresa.	8
Bota segurança, material: pvc - cloreto de polivinila, material sola: borracha antiderrapante	2
Óculos de proteção ESCURO individual	4
Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	2
Luvas para jardinagem	6
Máscara de tecido: máscara em tecido com tripla camada	24
Meia de algodão	12
Jaleco profissional, material brim, tipo longo	2
Protetor Auditivo Copolímero com 3 flanges	2
Camisa de proteção manga longa	4
TOUCA TIPO NINJA	2
BOTA COURO SINTÉTICO	2

POSTO PEDREIRO (1 POSTO)	
DESCRIÇÃO	QUANT. (ANUAL)
Calça tradicional de serviços gerais Tecido brim. Composição: 100% algodão.	4
Camiseta 100 % algodão com Logomarca da empresa.	8
Bota segurança couro sintético	2
Óculos de proteção individual	2
Protetor Solar com fator de proteção solar de, no mínimo, 60	12
Luva segurança, material tricotada 4 fios algodão	6
Máscara de tecido: máscara em tecido com tripla camada	12
Meia de algodão	6
Jaleco profissional, material brim, tipo longo	2
Luva raspa de couro cano curto	2
Camisa de proteção manga longa	4
TOUCA TIPO NINJA	2

MERENDEIRO (4 POSTOS)	
DESCRIÇÃO	QUANT. (ANUAL)
"Calça tradicional de serviços gerais. Tecido brim. Composição: 100% algodão.	16
Camiseta 100 % algodão com Logomarca da empresa.	32
Par de sapato de segurança, material termoplástico, material sola borracha vulcanizada antiderrapante	8
Avental com Bolso Tam anho Único, tecido maleável	16
TOUCA / GRAMATURA 20 G/M2 / ELÁSTICO SIMPLES (SANFONADA BRANCA);	24
Luvras para uso em cozinha. Proteção contra altas temperaturas em silicone.	24
"Máscara de tecido: máscara em tecido com tripla camada "	48
Meia lisa. Composição em algodão, poliamida e elastano.	48

A CONTRATADA deverá submeter amostra do uniforme em até 5 (cinco) dias contados do início da vigência do contrato, para aprovação por parte da Contratante, do modelo, cor e qualidade do tecido, estando resguardada ao IFRN o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, tendo a CONTRATADA a obrigatoriedade de apresentar nova amostra em 3 (três) dias subsequente ao da reprovação.

A CONTRATADA deverá providenciar para que os profissionais se apresentem no local de prestação dos serviços trajando uniforme completo, no início da execução do contrato, fornecidos às expensas da empresa. Os uniformes deverão ser entregues com todos os ajustes necessários, de acordo com as medidas de cada empregado.

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

A CONTRATADA deverá fornecer 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído os 02 (dois) conjuntos completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação.

No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Deverá ser criada uma conta vinculada, que somente será movimentada, para liberação do pagamento direto das verbas aos trabalhadores, conforme Artigo 121, § 3º, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

A escolha da Conta-depósito Vinculada para o tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da contratada se dá pelo fato deste modelo já ter sido implementado no IFRN, sendo utilizado em outros contratos do *Campus*, inclusive os vigentes. Além disso, os servidores já estão capacitados em relação a este modelo de controle interno e o seu fluxo de processos já está consolidado nesta instituição, não necessitando que esta incorra em custos relativos à implementação de um novo modelo.

Por outro lado, o Pagamento pelo Fato Gerador não possui uma boa relação custo-benefício. Primeiramente, pelo fato de os servidores não estarem capacitados para operacionalização deste modelo e o *Campus* possuir número reduzido de servidores. Ademais, como aponta a pesquisadora Lorena Mendes, não existem experiências organizacionais suficientes para concluir sobre a vantajosidade do Fato Gerador. Ao contrário, pela leitura dos procedimentos publicados, ele pode representar custos ainda maiores para a Administração Pública, uma vez que exige o controle sistemático de várias ocorrências futuras e incertas (ex.: licenças maternidade e paternidade, ausência por acidente de trabalho, auxílio-doença e outras ausências legais). (Fonte: <https://gestgov.discourse.group/t/entrevista-sobre-conta-vinculada-lorena-mendes/11771>).

A fiscalização do serviço será realizada por Fiscal do Contrato especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

Deverá ser cobrada uma garantia da contratação de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5%, conforme regras previstas no contrato.

A empresa prestadora do serviço deverá desenvolver suas atividades no endereço a seguir:

UG	UGR	CAMPUS	ENDEREÇO
158372	151613	SANTA CRUZ	RUA SÃO BRAZ, Nº 304, BAIRRO PARAÍSO, SANTA CRUZ/RN, CEP 59200-000

O horário de início e término da jornada de trabalho será definido pela Administração do *Campus* Santa Cruz e estará compreendido entre as 07h00 e as 22h00, admitindo-se a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- Os serviços somente serão iniciados após a assinatura do contrato e a empresa deverá dispor de toda a mão de obra para a execução dos mesmos, bem como deverá já ter apresentado a garantia quando do início da execução contratual;
- A empresa deverá fornecer os materiais constantes na relação de materiais, anexo do Termo de Referência, devendo substituir os mesmos quando não estiverem mais em condições de uso, em até 24 (vinte e quatro) horas;
- Os materiais a serem entregues terão seus valores diluídos na composição do preço dos serviços de mão de obra para cada categoria;

- Não serão aceitos insumos que não estejam acondicionados em embalagem original do fabricante, devendo esta, também, não estar inviolada;
- Os materiais deverão ser entregues, de acordo com sua periodicidade, até o 10º (décimo) dia útil do mês de execução dos serviços, sendo que nos casos de insumo com entrega anual, os materiais deverão ser disponibilizados no 1º (primeiro) dia de vigência do contrato;
- Os equipamentos requisitados para realização dos serviços permanecerão sob a responsabilidade da empresa e utilizados em regime de COMODATO, não devendo desta forma o seu custo de aquisição compor a planilha de custos. Poderão compor a planilha de custos os custos estimados de depreciação e de manutenção dos equipamento durante o tempo de contrato;
- A Contratada deverá orientar seus empregados quando à prevenção de incêndios e observar a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando-se a correta execução dos serviços;
- Caberá ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – CAMPUS SANTA CRUZ decidir sobre a substituição de quaisquer equipamentos, materiais, utensílios e ferramentas, considerados ineficientes ou obsoletos, ou, que causem prejuízos aos serviços executados;
- A Contratada deverá substituir toda e qualquer ausência, por qualquer motivo, de seus empregados alocados, por outro profissional que atenda aos requisitos exigidos, no prazo máximo de 02 (duas) horas, após o início da respectiva jornada, de forma a se evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a prestação dos serviços. No caso de ausência de um profissional, sem reposição, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não atendidas, sem prejuízo das demais sanções legais e contratuais;
- A contratada deverá incluir na proposta os valores referentes ao adicional de insalubridade, com percentual de 20% sob o salário base, para os cargos de auxiliar de manutenção predial e merendeiro, e ao adicional de periculosidade, com percentual de 30% sob o salário base, para o cargo de eletricitista.

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às categorias de ocupação conforme a Classificação Brasileira de Ocupações –CBO.

Não será admitida a subcontratação e a participação de cooperativas na licitação em virtude da natureza do serviço e da necessidade de subordinação entre os funcionários e a prestadora dos serviços. Nesta contratação a Instituição busca a gestão da mão de obra através da terceirização, além da prestação dos serviços. As cooperativas têm o seu foco na prestação de serviços sem haver relação direta de subordinação entre os cooperados.

O Tribunal de Contas da União firmou jurisprudência e sumulou o tema nos seguintes termos: Súmula 281, aprovada pelo Acórdão TCU 1.789/2012 – Plenário, de 11 de julho de 2012).

“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de

personalidade e habitualidade”.

O art. 10 da IN 005/2017 assim estabelece com relação as cooperativas:

Art. 10. A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser

contratado evidenciar:

I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados; e

II - que a gestão operacional do serviço seja executada de forma compartilhada ou em rodízio, em que as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços e as de preposto, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666, de 1993, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição."

Artigo publicado no Boletim de Notícias CONJUR traz interessantes orientações acerca do tema:

"Este dispositivo está em perfeita sintonia com o artigo 5º da Lei nº 12.690/2012, o qual veda, de forma expressa, a "utilização de cooperativa como intermediadora de mão de obra subordinada". Isso porque é próprio do cooperativismo a inexistência de vínculo de emprego, uma vez que o trabalho é prestado de forma cooperada e não subordinada. A configuração desse vínculo macula, portanto, a própria essência do cooperativismo.

(...)

É o caso típico dos contratos de serviços contínuos prestados mediante dedicação exclusiva da mão de obra, nos quais se evidencia, por força da Súmula-TST nº 331 e agora do artigo 121, §2º, da Lei nº 14.133/2021, a responsabilidade subsidiária do ente público contratante por encargos trabalhistas não adimplidos pela contratada, caso evidenciada a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado. E existem várias decisões da justiça

laboral, inclusive no próprio TST, que atribuem à Administração Pública a responsabilidade subsidiária pelos encargos trabalhistas não pagos pelas cooperativas consideradas fraudulentas.

Donde se conclui que as cooperativas não podem acudir a certames licitatórios para prestar serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cujas características encontram-se bem delineadas no artigo 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021: "Aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que: a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços; b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais

disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos".

A permissão à participação de cooperativas em licitações que envolvam terceirização de serviços prestados com subordinação, pessoalidade e habitualidade afronta a Lei nº 12.690/2012 e a Lei nº 14.133/2021, além obviamente de expor a Administração ao risco de ser demandada judicialmente a honrar, subsidiariamente, obrigações trabalhistas exsurgidas na vigência do contrato administrativo e que são típicas de uma relação de emprego. Nesses casos, a aparente economicidade dos valores ofertados pela cooperativa na licitação não compensa o risco de relevante prejuízo financeiro para a Administração advindo de eventuais ações trabalhistas, relativas aos empregados dedicados (cedidos) à execução contratual.

Fonte: CARVALHO, Guilherme; SIMÕES, Luíz Felipe. Os requisitos na nova Lei de Licitações para a participação de cooperativas. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-abr-23/carvalho-simoes-lei-licitacoes-cooperativas>. Acesso em: 5 mar. 2023.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades para os cargos foi obtida por meio de consulta aos contratos atualmente vigentes para os mesmos objetos, conforme consta nas cópias dos contratos em anexo. Foi observado todos os cargos requisitados são indispensáveis para o bom funcionamento da Instituição.

Em relação aos contratos atualmente vigentes há duas alterações, a saber:

- retirada do cargo de piscineiro e inserção do cargo de auxiliar de manutenção predial. O *Campus* possui 01 (uma) piscina, a qual requer atividades contínuas para sua manutenção. Entretanto, verificou-se que um posto de auxiliar de manutenção predial será mais vantajoso para a administração pública, pois este profissional poderá realizar as atividades pertinentes à manutenção da piscina, recebendo, inclusive, adicional de insalubridade, e também atenderá a outras necessidades da Instituição. Já o piscineiro, ao contrário, ficaria com suas atividades restritas apenas à manutenção da piscina. Assim, compreende-se que o cargo de auxiliar de manutenção predial resultará em uma melhor relação de custo-benefício para a unidade.
- retirada do cargo de auxiliar de cozinha e inserção do cargo de merendeiro, aumentando um posto. Após análise das atribuições dos cargos, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO verificou-se que o posto de merendeiro se mostra mais adequado à realidade do *Campus*, uma vez que engloba de maneira mais completa as atividades a serem desenvolvidas no refeitório, incluindo ações que incluem métodos de cocção. Além disso, o profissional denominado merendeiro(a) constitui-se em uma referência de afeto e segurança para os alunos, podendo transformar a hora do lanche em um momento especial, contribuindo para o bem-estar emocional para eles. É importante considerar que nosso corpo discente é proveniente de escolas que tem a figura do merendeiro(a) muito bem definida em sua rotina. Além do mais, a presente alteração não representará aumento substancial no custo para a administração pública, dado que o salário

base previsto em Convenção Coletiva de Trabalho difere em pouco mais de R\$ 27 (vinte e sete reais), demonstrando que os benefícios alcançados serão bem mais substanciais. Já a alteração na quantidade de 03 (três) para 04 (quatro) profissionais para atendimento da demanda do refeitório justifica-se pela necessidade de aprimorar o serviço disponibilizado ao corpo discente, a partir do acompanhamento da fiscalização do contrato atual e levando em conta que a Instituição funciona em 03 (três) turnos, totalizando 15 (quinze) e atendendo mais de mil alunos matriculados anualmente. Considera-se, ainda, que o Campus tem a pretensão de iniciar produção própria de almoço e jantar, o que demandará maior força de trabalho.

POSTO	CBO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Auxiliar de Manutenção Predial	5143-10	02	44 h
Eletricista	9511-05	01	44 h
Jardineiro	6220-10	01	40 h
Pedreiro	7152-10	01	44 h
Merendeiro	5132-05	04	44 h

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.292.233,06

Para a composição da planilha de custos foram considerados as obrigações e benefícios previstos na Convenção Coletiva RN000009/2025, bem como pesquisa realizada no módulo pesquisa de preços e anexada a este Estudo Técnico Preliminar.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	NÚMERO DE POSTOS MENSAIS	QUANT. TOTAL DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	1	Prestação do serviço de Auxiliar de Manutenção Predial para o IFRN - Santa Cruz, em regime de 44 horas semanais. CBO: 5143-10	25631	Posto	2	48	7.651,80	367.286,21
		Prestação do						

1	2	serviço de Eletricista para o IFRN - Santa Cruz, em regime de 44 horas semanais. CBO: 9511-05	14354	Posto	1	24	8.049,05	193.177,24
	3	Prestação do serviço de Jardineiro para o IFRN - Santa Cruz, em regime de 40 horas semanais. CBO: 6220-10	24325	Posto	1	24	5.215,74	125.177,86
	4	Prestação do serviço de Pedreiro para o IFRN - Santa Cruz, em regime de 44 horas semanais. CBO: 7152-10	22160	Posto	1	24	5.039,33	120.943,90
	5	Prestação do serviço de Merendeiro para o IFRN - Santa Cruz, em regime de 44 horas semanais. CBO: 5132-05	19399	Posto	4	96	5.058,83	485.647,85
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO PARA 24 MESES (R\$)								1.292.233,06

PREENCHER TEXTO A PARTIR DAS PLANILHAS DE CUSTO;

AJUSTAR VALOR NO CAMPO APROPRIADO

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com a Súmula nº 247 do TCU

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja

prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”

No caso concreto da contratação objeto deste estudo, optou-se pela contratação por grupo em razão de que se trata de serviço continuado de baixa complexidade técnica, cujo parcelamento ocasionaria custos adicionais com despesas administrativas e por perda de escala na contratação. Ressalta-se que esta é uma prática regular no mercado e que a competitividade não será prejudicada, uma vez que existe uma grande quantidade de empresas que já operam neste modelo de prestação de serviço.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens definidos no termo de referência fazem parte do Plano Anual de Contratações 2024 conforme documentação anexa. A contratação dos serviços de manutenção predial e merendeiro elencados neste documento está vinculada ao projeto estratégico “Otimização dos gastos com contratos continuados” integrante do PDI do IFRN.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos serviços terceirizados objeto deste estudo proporcionará diversos benefícios para o *Campus* Santa Cruz, destacando-se:

- Manutenção contínua da infraestrutura: Garantia de um ambiente físico adequado, com conservação preventiva e corretiva das instalações, contribuindo para a segurança e o bem-estar da comunidade acadêmica.
- Maior eficiência operacional: Atendimento ágil às demandas de manutenção predial, reduzindo tempo de resposta para reparos e evitando a deterioração dos espaços e equipamentos.
- Qualidade no fornecimento de alimentação: Oferta regular e adequada de refeições aos estudantes, promovendo melhores condições nutricionais e impactando positivamente o desempenho acadêmico.
- Otimização dos recursos humanos: A terceirização permite que a instituição concentre seus esforços nas atividades educacionais e administrativas, delegando a execução dos serviços a profissionais especializados.

- Cumprimento das normativas vigentes: Garantia de que os serviços serão prestados de acordo com as normas técnicas, sanitárias e de segurança do trabalho, assegurando conformidade legal e operacional.
- Ambiente mais organizado e saudável: A manutenção das áreas verdes e a conservação geral do *Campus* favorecem um espaço mais agradável e propício ao aprendizado e à convivência acadêmica.

Dessa forma, a contratação dos serviços garantirá a continuidade e a melhoria das atividades do IFRN - *Campus* Santa Cruz, promovendo um ambiente adequado para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

13. Providências a serem Adotadas

A contratante deverá assegurar-se de que os servidores que atuação como fiscais e gestores do contrato a ser celebrado possuam a capacitação mínima necessária e que tomaram conhecimento do teor dos documentos produzidos no planejamento da contratação.

Deverá ser realizada reunião, envolvendo os representantes da CONTRATADA e os fiscais e gestores de contrato, para tratar das condições mínimas exigidas para o início do contrato.

A contratada deverá disponibilizar um local adequado para que os prestadores de serviço possam ter como ponto de apoio e lugar para armazenamento dos insumos fornecidos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais verificados são aqueles referentes a contaminação do solo, de lençóis freáticos, poluição atmosférica e sonora.

Para mitigá-los devem ser atendidos os critérios de sustentabilidade ambiental descritos no tópico “Requisitos da Contratação”, que orienta sobre o descarte de insumos, utilização adequada de equipamentos, uso consciente dos recursos, entre outros.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando-se as demandas e as discussões realizadas para esta nova contratação, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

A viabilidade da contratação decorre do fato de que se trata de um objeto de natureza comum, passível de ser ofertada por um grande número fornecedores. Além disso, ressalta-se que a contratação está alinhada ao planejamento estratégico da instituição, tem previsão orçamentária e está alicerçada no Plano Anual de Contratações.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO BATISTA DANTAS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/04/2025 às 15:54:39.

VICTOR VINICIUS DE OLIVEIRA FERREIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/04/2025 às 16:26:22.

JOATAN FERNANDES VIEIRA JUNIOR

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/04/2025 às 17:29:31.

THERLANDESON GLEY ALVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/04/2025 às 21:56:53.

JOSE RONALDO DA SILVEIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/04/2025 às 20:13:18.

Despacho: Considerando que se encontram presente os requisitos legais pertinentes e o interesse público da contratação aprovo este ETP.

RODRIGO LOPES BARRETO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 16/04/2025 às 16:09:51.

MIRLEY RICARDINA PINHEIRO DA ROCHA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/04/2025 às 18:10:02.

Documento Digitalizado Público

Anexo IV - ETP158372_000002_2025_Versão Final

Assunto: Anexo IV - ETP158372_000002_2025_Versão Final
Assinado por: Joao Dantas
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Joao Batista Dantas, DIRETOR(A) DE DIRETORIA - CD0004 - DIAD/SC**, em 16/04/2025 23:23:09.

Este documento foi armazenado no SUAP em 16/04/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2141493
Código de Autenticação: 3c4dda3ff4

